



POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E EDUCAÇÃO FÍSICA: EFEITOS SOBRE A FORMAÇÃO¹

Tiago Onofre da Silva

RESUMO

O presente artigo se propõe a discutir os efeitos das atuais políticas de educação superior na formação em educação física. Para tanto, primeiramente, buscou-se, através de uma revisão bibliográfica, contextualizar o presente momento do processo de reformas na educação superior. Em seguida, buscamos identificar, em que medida, essas políticas vem influenciando a formação em Educação Física, em especial, no que tange à constituição e privatização dos cursos, o número de vagas oferecidas, candidatos, ingressos, matrículas e formados. Por fim, sustentados pela análise de dados das sinopses do ensino superior, elaborados pelo INEP, no período de 2000 a 2009, apresentamos os possíveis efeitos das atuais políticas de ensino superior na constituição da formação em Educação Física.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas de Educação Superior; Educação Física; Formação.

INTRODUÇÃO

Atualmente, os estudos sobre as políticas de educação superior, assim como seus efeitos sobre a formação, tem ganhado crescente destaque nos debates acadêmicos e profissionais em função do constante processo de mudanças societárias, condicionada pelos processos de reestruturação produtiva (acumulação flexível), política (neoliberalismo) e econômica (globalização), enquanto balizadores da nova ordem social.

Essas mudanças tem sido identificadas enquanto respostas ou reações ao anúncio de uma crise generalizada enfrentada por vários setores como, por exemplo, a crise da educação, do trabalho, do Estado, do trabalhador, neste caso, da Educação Física, entre outros, que vem demandando uma profunda reflexão e ação frente aos novos rumos assumidos.

Dentre elas, há um processo de reestruturação generalizada, por meio de leis, parâmetros, diretrizes, reformas, que incidem sobre a organização do Estado. Partimos do princípio, de que, a crise do modo de produção capitalista é o determinante central para as mudanças ocorridas nos variados complexos, econômicos, sociais, políticos e culturais.

Buscamos apreender inicialmente, uma singularidade dessas mudanças, um recorte da totalidade, analisando as mudanças políticas que incidem diretamente nas políticas de Educação Superior e na formação em Educação Física.

¹ O estudo contou com o financiamento da CAPES (modalidade bolsa de mestrado). Não houve conflito de interesses.

Para melhor alcance deste propósito, estruturamos o presente texto nos seguintes moldes: analisamos as mudanças estruturais ocorridas neste período e a reconfiguração do papel do Estado enquanto mediador das reformas na Educação Superior. Em seguida, situamos, dentro dessa reflexão, a atualidade da Educação Física e sua configuração junto às novas políticas educacionais. Por último, orientados pelos dados dos censos do INEP da Educação Superior, no período de 2000 a 2009, analisamos a constituição e número dos cursos, número de vagas oferecidas, ingressantes, matrículas e formados na Educação Física frente ao cenário da Educação Superior.

A CONTRARREFORMA DO ESTADO E DAS EDUCAÇÃO SUPERIOR

A culpa da crise anunciada nos últimos 20 anos tem sido atribuída à crise do Estado (SILVA JR; SQUISSARD, 2001) como promotor dos direitos sociais tendo em vista o esgotamento da sua concepção orientada pelo “fordismo a brasileira” (SABÓIA apud BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 134), preconizado pelos militares, identificado como modelo Nacional-Desenvolvimentista. Amaral (2003), ao trazer a visão do ex-ministro Paulo Nogueira Batista, anuncia a crise tendo como origem:

1.grande endividamento externo nos anos 70, ao grande mercado de capitais; 2. flutuação do dólar ao se desvincular do ouro; 3. elevação da taxa de juros do dólar para combater a inflação, aumentando a dívida dos países da América Latina, 4. renegociação da dívida com a assunção de compromissos que não poderiam ser cumpridos pelos devedores sem causar a diminuição dos recursos destinados às atividades sociais e o sacrifício do processo de desenvolvimento do país. (p.46)

A saída encontrada tem sido o processo de reorganização do Estado. O conjunto de reformas organizadas e elaboradas pelos “arautos”, “novos senhores” do mundo, os organismos multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Organização Mundial do Comércio (OMC), entre outros, visam a integração do país à economia mundial, a partir de medidas de combate ao déficit público, ajuste fiscal, privatização, liberação/ajuste de preços, desregulamentação do setor financeiro, liberação do comércio, incentivo aos investimentos externos, reforma do sistema de previdência/seguridade social e reforma, desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho.

Este conjunto de mudança seguem rigorosamente as recomendações do Consenso de Washington, tais como: equilíbrio orçamentário, sobretudo mediante a redução dos gastos públicos; abertura comercial, pela redução das tarifas de importação e eliminação das barreiras não-tarifárias; liberalização financeira, pela reformulação das normas que restringem

o ingresso de capital estrangeiro; desregulamentação dos mercados domésticos, pela eliminação dos instrumentos de intervenção do Estado, como controle de preços, incentivos etc.; e privatização das empresas e dos serviços públicos (SGUISSARD, 2006. p.1026).

Silva Jr. e Squissard (2001) apontam que, no Brasil, o processo de reforma do Estado se efetiva através do MARE (Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado), sob o comando do Ministro Luis Carlos Bresser Pereira, no início do Governo de Fernando Henrique Cardoso, por meio da reforma administrativa do Estado, denominada de administração pública gerencial. Segundo o Ministro, este tem como características básicas:

orientada para o cidadão e para a obtenção de resultados; pressupõe que os políticos e os funcionários públicos são merecedores de grau limitado de confiança; como estratégia, serve-se da descentralização e do incentivo à criatividade e à inovação; e utiliza o contrato de gestão como instrumento de controle dos gestores públicos. (BRESSER PEREIRA, 2003, p.33)

A presente reforma visa duas metas: a redução dos gastos públicos a curto prazo e o aumento da eficiência mediante orientação gerencial, a médio prazo.(p.32) O conceito central nas reformas atende pelo viés da descentralização do Estado Moderno frente à gestão da administração pública, buscando aumentar a eficiência e eficácia do junto aos seus quatro setores: núcleo estratégico (centro no qual se define as leis, as políticas e como, em última instância, as fazem cumprir); as atividades exclusivas (aquelas que envolvem o poder de Estado e garantem diretamente que as leis e as políticas sejam cumpridas e financiadas – entre elas as agências reguladoras , de financiamento, fomento e controle dos serviços sociais); os serviços não exclusivos (que o Estado provê mas pode também ser oferecidos pelo setor privado e pelo setor público não-estatal) e a produção de bens e serviços para o mercado (formado pelas empresas estatais). (p.34).

Chama a atenção o que vem a constituir as atividades exclusivas e os serviços não exclusivos do Estado, assim como, o conceito de setor público não estatal. Quanto ao primeiro vemos claramente o caráter regular do Estado Moderno como regulador e transferidor de recursos; ao segundo o caráter não exclusivo do serviço educacional, podendo ser privatizado por meio do último item, ou seja, pela parceria ou até mesmo o hibrismo entre público e privado.

Deste modo, o Estado vem incorporando todos os conceitos administrativos empresariais com o intuito de garantir a qualidade total da administração pública. Há a transposição da organização da empresa para dentro da organização estatal. Por outro lado, vemos a transferência de atribuições do Estado para o setor privado, mediado pelo mercado, no oferecimento dos serviços públicos.

Silva Jr. e Squissard (2001), demonstram que de forma complementar às reformas do Estado orientadas pelo MARE, o MEC tem implementado uma série de medidas visando reestruturar o sistema de Educação Superior nos moldes do mercado, seguindo as mesmas orientações de base empresarial, de redução de custos e aumento da eficácia. Os princípios que orientam a modernização do sistema de educação superior no País partem do princípio de que o sistema federal de ensino estaria em crise, por não absorver toda a demanda e por não preparar os universitários para o mercado.

No âmbito das críticas ao ensino superior atinge os aspectos:

Baixa relação aluno/professor, subutilização das instalações físicas e das habilidades dos docentes, duplicação desnecessária de programas e carreiras, altas taxas de evasão, altas taxas de repetência, excessiva soma de recursos destinadas à residência estudantil, restaurantes, bolsas, subsídios etc., objetivos discordantes das expectativas da sociedade, formação de profissionais nem sempre requeridos pelo mercado de trabalho, desenvolvimento de ações restritas a uma só parte da população, orientação basicamente intelectualizada e superespecializada, ênfase no acadêmico, e não na redução do isolamento com relação à sociedade e à vida, atuação legitimadora da estratificação social existente, ação burocrática, autoritária e repressiva, passividade do estudante e ação unidirecional por parte dos professores – que centram o ensino na informação, na memorização, no conformismo e na homogeneidade, e não na crítica, na inovação e na criatividade –, uso de tecnologia muito atrasada em relação à indústria, custos financeiros elevados e crescentes, e ações escassas para desenvolver a consciência social e o espírito de solidariedade humana. (AMARAL, 2003. p.12)

Outra crítica é o alto custo das instituições de pesquisa, excessivamente unificado, caro e insustentável em médio prazo. Mas essa realidade só se encontra nas Universidades, sendo que nas demais modalidades prevalece o modelo de ensino em detrimento à pesquisa. Outro fator central na reforma do ensino superior é em relação à autonomia financeira.

Para superação da crise, se toma por orientação o documento do Banco Mundial: *La enseñanza Superior: las lecciones derivadas de la experiencia*:

- Promover uma maior diferenciação das instituições, incluindo a ampliação das instituições privadas;
- Proporcionar incentivos para que as instituições públicas diversifiquem as fontes de financiamento, por exemplo, a participação dos estudantes nos gastos e a estreita vinculação entre o financiamento e os resultados;
- Redefinir a função do governo no ensino superior;
- Adotar políticas que deem prioridade aos objetivos de qualidade e equidade.

A Educação superior passaria, então, pelo amplo processo de privatização, seja nas formas de gestão, como na composição das redes.

No âmbito legal, a LDB 9394/96 prevê em seu artigo 45: “A educação superior será

ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privada, com vários graus de abrangência ou especialização” (BRASIL, 1996).

Sguissard (2006) apresentando dados da Educação Superior, no período de 1994-2002, evidencia o contexto resultante das alterações a partir das políticas formuladas, conforme os seguintes dados:

Quanto à diversidade institucional: para um total de 851 IES em 1994, apenas 127 eram universidades, 87 eram faculdades integradas e 637 eram faculdades ou instituições isoladas. No ano de 2004, as IES já somavam 2.013, das quais 169 universidades, 107 centros universitários 1.737 faculdades, faculdades integradas, faculdades tecnológicas e centros de educação tecnológica.

Podemos atualizar os dados do censo de 2009 (BRASIL, 2010), onde temos 2314 Instituições de Ensino Superior (IES), sendo 186 universidades, 1966 faculdades e 127 centros universitários.

Quanto à privatização do sistema: Em 1994, das 851 IES, 192 (22,5%) eram públicas e 659 (77,5%) eram privadas. Em 2002, das 1.637 IES, 195 (11,9%) eram públicas e 1.442 (88,1%) eram privadas. Nesse período de oito anos, as IES privadas passaram de 77,5% para 88,1%. O número de IES cresceu 92%; o de IES públicas permaneceu estável; o das IES privadas cresceu 118%. O mesmo fenômeno ocorre em relação à evolução das matrículas. No período 1994-2002, para um aumento do total de matrículas na ordem de 109%, do setor privado foi de 150%, três vezes maior que o do setor público, de apenas 52%. Cabe registrar, ainda assim, que o principal aumento no setor público se deu nas estaduais. O setor privado, que, em 1994, concentrava 58% das matrículas, em 2002 já concentrava 70%. Em 2009, das 2314 IES, 2069 (89,4 %) são privadas e 245(10,6 %) públicas (BRASIL, 2010a).

AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E A EDUCAÇÃO FÍSICA

Historicamente, a atuação profissional em Educação Física se limitava à escola até a década de 70, sempre vinculada aos problemas educacionais, ou seja, pela ação do Estado, junto à formação do corpo, atitudes, hábitos e valores, por meio da ginástica e do esporte via paradigma da aptidão física.

Enquanto determinante externo, a crise recente do Estado, da sua centralidade e o seu conseqüente recuo, minimização, terceirização junto aos serviços sociais, como educação, lazer, esporte, tornou questionável o papel da educação física, repassada da função do Estado, das políticas, sociais, para a sociedade civil ou mercado.

Enquanto determinantes internos, identificamos a crise de intervenção profissional, da

docência, da formação e dos currículos, levando a configuração que vivenciamos atualmente na formação entre bacharelado e licenciatura. Os argumentos para o surgimento do bacharelado partem do princípio da inexistência da pesquisa na licenciatura, vistos como de segunda categoria, até os dias atuais, quando a atividade docente era limitada ao saber fazer, à reprodução de gestos e atividades, confundindo a Educação Física apenas como atividade e não como conhecimento. Por outro lado, a Licenciatura estava restrita à escola, impossibilitando o professor de atuar junto aos outros espaços. (TOJAL, 1989; DAVID 2011)

Estes determinantes incidiram, primeiramente, na reformulação curricular na formação a partir da resolução 03/87 do Conselho Federal de Educação e atualmente pelas Diretrizes Curriculares Nacionais – Resolução CNE nº. 7, de 31 de Março de 2004.

As mudanças visam a formação de um novo profissional que atende aos interesses de mercado, da iniciativa privada dos novos campos de intervenção, no qual, com o recuo do Estado frente à promoção das práticas corporais, cabe ao cidadão, consumidor, buscar no mercado as suas práticas, e o bacharel termina por assumir o papel de vendedor, empreendedor dos novos serviços de saúde e lazer, tendo como exemplo o *Personal Trainer*.

Podemos concluir que temos atualmente, enquanto cenário na formação em Educação Física, a possibilidade de formação de dois profissionais: O professor (licenciado) voltado para a escola, que não deixaria de trabalhar no campo não escolar e o Profissional de Educação Física (Bacharel) voltado para o campo não-escolar. De um lado, visa pedagogizar os conhecimentos acumulados da Educação Física em relação à cultura corporal (Ginástica, Jogos, Dança, Esporte, Capoeira), de outro, no caso do Bacharel, privatizar ou vende-los enquanto mercadoria.

A CONSTITUIÇÃO E EVOLUÇÃO DOS CURSOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Buscando uma mediação do cenário da Educação Física e o da Educação Superior, temos enquanto primeiras abstrações do panorama geral dos cursos em Educação Física; 1) manutenção ou pouco crescimento dos cursos, vagas oferecidas, candidatos, matrículas e formados na formação de professores, assim como a redução da formação no espaço público, pelo constante processo de desprestígio das licenciaturas. 2) o crescimento dos cursos voltados para o campo não-escolar, ligados à formação do Bacharel, impulsionado pelas diretrizes e sua possível predominância no espaço privado

Para o enriquecimento de determinações, escolhemos, enquanto fonte primária, a análise documental dos dados informados pelo INEP, através das Sinopses Estatísticas da Educação Superior²- Graduação, no período de 2000 a 2009.

De início, enquanto categorias de análise, faríamos a pesquisa baseada na divisão dos cursos de Educação Física entre Bacharelado e Licenciatura. Não foi possível, pois, a divisão dos cursos informada pela sinopse segue a Tabela de Referência da OCDE (INEP, 2009) ou Classificação Internacional Padronizada da Educação (ISCED - International Standard Classification of Education), onde os cursos de Educação Física são classificados como podemos conferir no Quadro 1:

Quadro 1 – Cursos de Educação Física conforme Tabela de Referências da OCDE

Áreas Gerais (Grandes Áreas)	Áreas Específicas (Áreas)	Áreas Detalhadas (Subáreas)	Programas e/ou Cursos
1 Educação	14 Formação de Professores e Ciências da Educação	144 Formação de Professores da Educação Básica ³	Educação Física
		146 Formação de Professores de Disciplinas Profissionais	Educação Física
7 Saúde e Bem Estar Social	72 Saúde	720 Saúde (Cursos Gerais)	Educação Física
8 Serviços	81 Serviços Pessoais	813 Esportes	Esportes
			Gestão Desportiva e de Lazer
			Ginástica

² As sinopses, na íntegra, podem ser acessadas pelo site: <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>

³ “Treinamento de professores da educação básica trata das teorias, métodos e práticas para transmitir às crianças, geralmente de 7 a 15 anos de idade, uma sólida educação básica em leitura, escrita e matemática, juntamente com uma compreensão elementar de outras matérias como história, geografia, ciências sociais, etc. A especialização numa matéria deve ser menos enfatizada do que no campo” (BRASIL, 2009 p. 15-16).

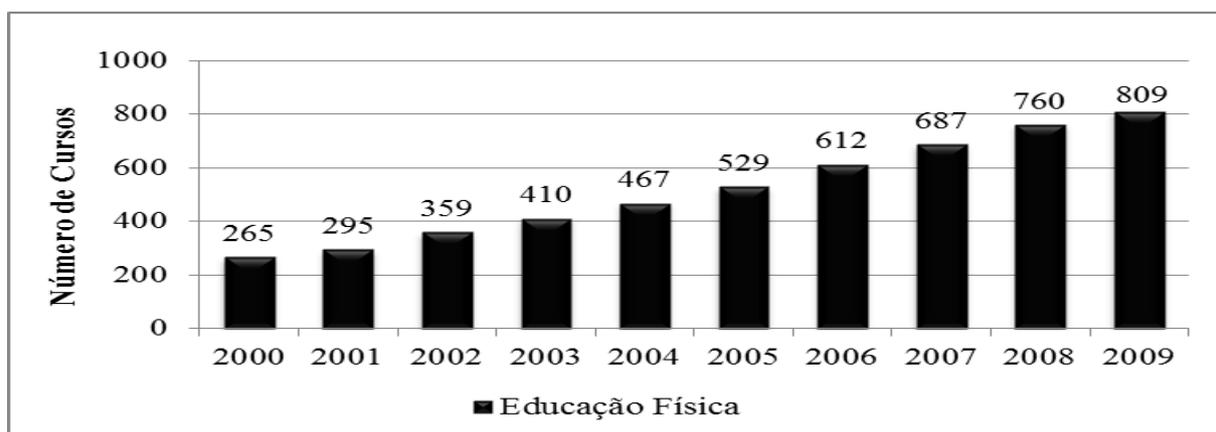
			Treina- mento Físico (Esportes)
--	--	--	---------------------------------------

Podemos ver que existem, além dos cursos de Educação Física, subcursos, na área de serviços, específicos no Esporte, nomeados de Esportes, Gestão Desportiva e de Lazer e Treinamento Físico (Esportes). Entretanto, para a análise, utilizaremos apenas os gerais de Educação Física, na Educação e na Saúde.

CURSOS

Primeiramente, para identificar a evolução geral dos cursos de Educação Física, montamos o gráfico que assim segue:

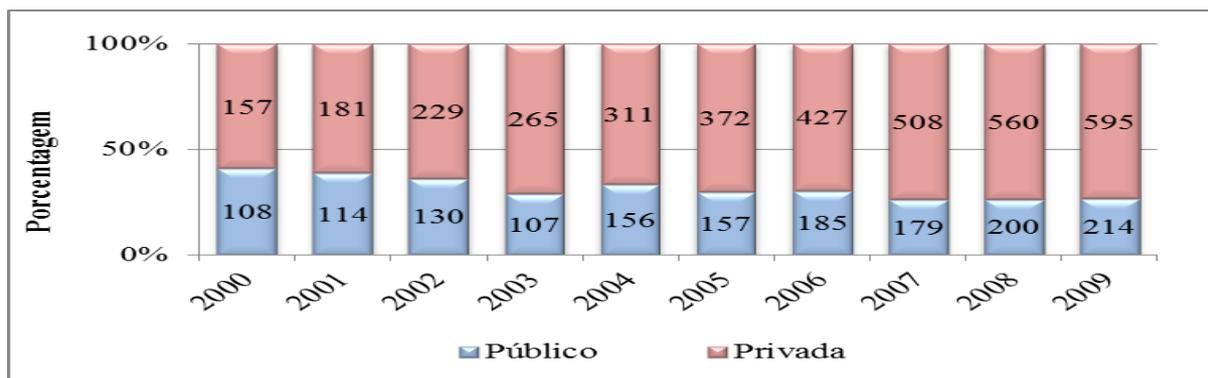
Gráfico 1 – Evolução Geral do Número de Cursos de Educação Física no Período 2000 a 2009.



Para a construção do gráfico 1, chegamos ao número total de cursos de Educação Física, somando os números dos cursos da Área de Educação (Formação de Professores da Educação Básica e de Disciplinas Profissionais) junto com os Cursos de Saúde. Vejamos que temos uma ampla expansão no número de cursos de Educação Física nos últimos 10 anos, em torno de 400%, chegando, em 2009, entre os 10 maiores cursos de graduação, em número de matrículas (BRASIL, 2010b, p. 14).

Seguimos nas análises, comparamos essa expansão em termos de público e privado, conforme Gráfico 2:

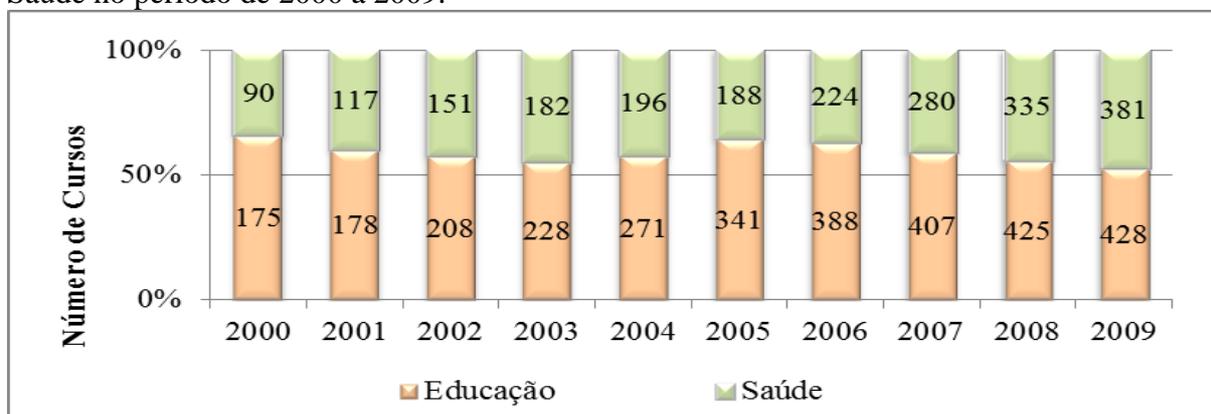
Gráfico – 2 Comparação numérica e percentual dos Cursos de Educação Física entre Público e Privado no período de 2000 a 2009.



Pelo Gráfico 2, podemos perceber que o processo de privatização do ensino superior e a sua consequente extensão influenciaram de forma direta a constituição dos cursos de Educação Física na primeira década deste século. Temos desde o início o predomínio na área privada, passando de 157 cursos no ano de 2000, para 595 no ano de 2009, multiplicando em quase seis vezes, enquanto que a quantidade de cursos do setor público, apenas dobrou em número e vem reduzindo sua configuração no panorama geral.

Prosseguindo na análise da evolução do número de Cursos, partimos para um último momento, na comparação entre os cursos de Educação e de Saúde, começando pela sua evolução:

Gráfico 3 – Evolução comparativa do número e porcentagem dos Cursos Educação e Saúde no período de 2000 a 2009.



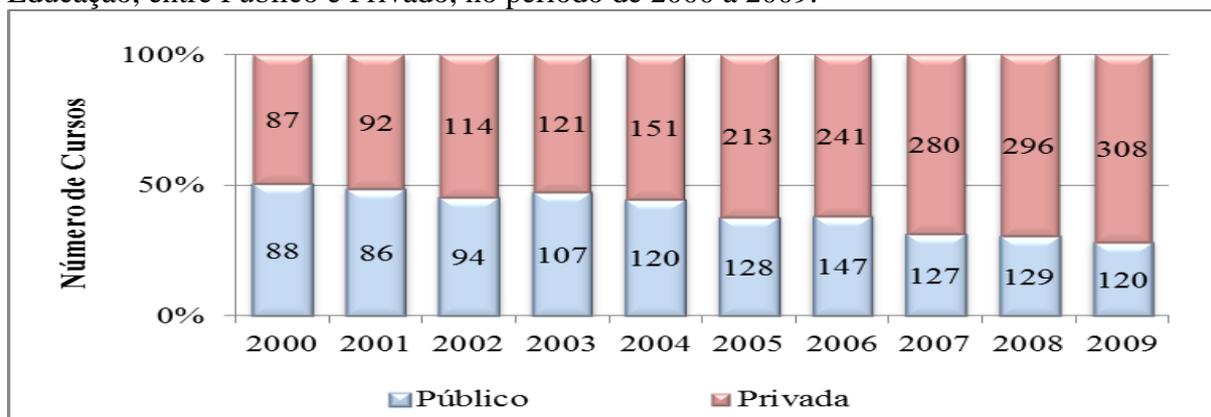
O Gráfico 3 indica uma equiparação na oferta dos dois cursos, sendo possível identificar uma aproximação na quantidade de 2001 a 2003. A distribuição dos cursos ocorreu de forma instável. Embora a predominância da formação para o professor tenha ocorrido durante toda a década, até a sua metade, vem diminuindo consideravelmente pela duplicação dos cursos de saúde. No início da década tínhamos o número de cursos de professor quase o dobro dos de saúde (175 a 90). Em 2009, a distância entre os dois reduz para 47 cursos, quase igualando a menor distância, registrada em 2003, de 46 cursos.

Diante do número de cursos voltados para a Educação, percebemos que, durante a década passada, o número de cursos aumentou atingindo sua estabilidade nos anos de 2007, 2008 e 2009. Por mais que tenhamos um crescente processo de desvalorização do professor, essa modalidade de formação tem sido importante como uma das formas de ocupação deste profissional junto ao quadro de professores das redes estaduais e municipais de ensino, por meio de concursos públicos.

No caso dos cursos da Saúde, temos o processo de ampla expansão, com exceção do ano de 2005, quando registrou 188 cursos, a escalada foi mais marcante chegando ao número de 381 cursos em 2009. O número de cursos aumentou quatro vezes. Temos aí a evidência de um novo paradigma para a constituição da formação em educação física no seu crescente destaque junto às questões da saúde.

Para além das estatísticas comparativas numéricas entre Educação e Saúde, buscamos também identificar a configuração destes cursos, entre Público e Privado, buscando apreender as tendências de privatização. Começamos pelos Cursos da Educação, conforme Gráfico 4:

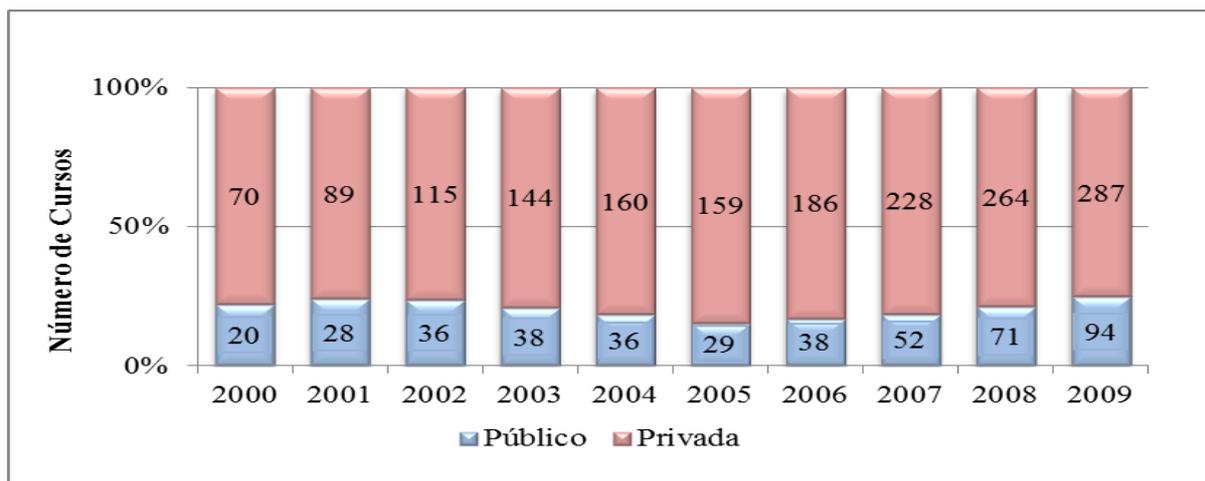
Gráfico 4 – Evolução comparativa do número e porcentagem dos Cursos na Área de Educação, entre Público e Privado, no período de 2000 a 2009.



No início da década a distribuição dos cursos de Educação entre público e privado era bem dividida, de forma quase igualitária. No transcorrer da década, o número de cursos cresceu, mas o que nos chama a atenção é a retração do percentual de caráter público até o ano de 2009, mostrando, por outro lado, a expansão de setor privado na sua oferta de forma mais acentuada. Podemos ver também o recuo da esfera pública na oferta desses cursos no ano de 2009, quando o número diminuiu para 120.

No caso dos cursos voltados para a Saúde, a distribuição entre Público e Privado pode ser acompanhada pelo Gráfico 5:

Gráfico 5 - Evolução comparativa do número e porcentagem dos Cursos na Área de Saúde, entre Público e Privado, no período de 2000 a 2009.



De acordo com os dados do Gráfico 5, o setor privado foi predominante na oferta dos cursos voltados à saúde atingindo cerca de 75 %. Um dos fatores que influenciam neste quadro, talvez seja a formação de mercado para mercado, quando a esfera privada toma a direção de formar os seus próprios profissionais, além de regular e adequar os currículos junto às demandas e competências esperadas deste profissional. Outro fator importante é que nos anos de 2007 a 2009 vemos o crescimento da esfera pública neste setor, fazendo o movimento inverso identificado no curso para a Educação.

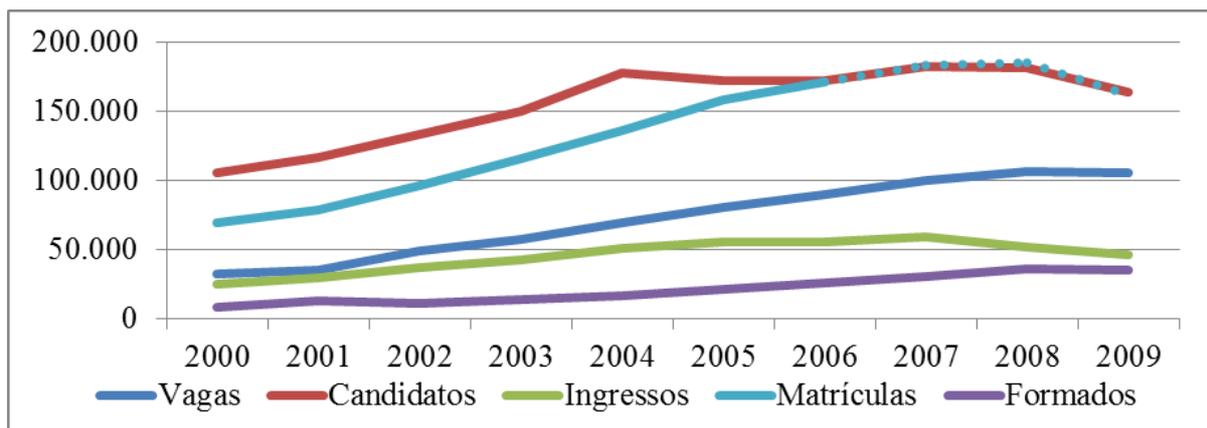
VAGAS, CANDIDATOS, INGRESSOS, MATRÍCULAS e FORMADOS.

Para além da constituição no número de cursos em Educação Física, buscamos apreender, junto as Sinopses Estatísticas da Educação Superior, o número de Vagas, Candidatos, Ingressos, Matrículas e Formados⁴, visando compreender a demanda pelos Cursos de Educação Física, nas Áreas Educação e Saúde e na oferta Público e Privado.

Inicialmente, trabalharemos com a evolução do número de Vagas, Candidatos, Ingressos, Matrículas e Formados, no período de 2000 a 2009, conforme Gráfico 6, abaixo:

Gráfico 6 – Evolução do Número de Vagas, Candidatos, Ingressos, Matrículas e Formados nos Cursos de Educação Física, no período de 2000 a 2009.

⁴ As nomenclaturas usadas nas Sinopses são: Vagas Oferecidas, Candidatos Inscritos, Ingressos, Matrículas e Concluintes. Para melhor exposição didática, usaremos os termos descritos no texto.



De acordo com a visualização do Gráfico 6, o número de Vagas aumenta, de 32.481, em 2000, para, 107.025, em 2008, declinando, em seguida, em 2009, para 106.008. O número de Candidatos sobe de 106.139, em 2000, para 177.196, em 2004, mantendo uma média de 177.360, entre 2005 e 2008, decaindo, em seguida, em 2009, para 164.401. O número de Ingressos aumenta de 25.486, em 2000, para 59.370, decaindo em seguida, para 52.492, em 2008 e 46.903, em 2009. O número de Matrículas aumenta de 69.317, em 2000, para 185.518, em 2008, decaindo em seguida, em 2009, para 162.604. O número de Formados vai de 8.217, em 2000, para 36.467, em 2008, decaindo, em 2009, para 35.306.

Os dados chama-nos a atenção para dois pontos: Grande número de matrículas e de candidatos, e baixo número de formados em relação aos Ingressantes e ao número de Vagas. Assim temos uma grande busca pelos cursos, pouco ingresso, muitos alunos matriculados e poucos formados. Efeitos semelhantes podem ser vistos em relação às Áreas de Educação e Saúde, conforme os Gráficos 7 e 8 a seguir:

Gráfico 7 – Evolução do Número de Vagas, Candidatos, Ingressos, Matrículas e Formados na Área de Educação, no período de 2000 a 2009.

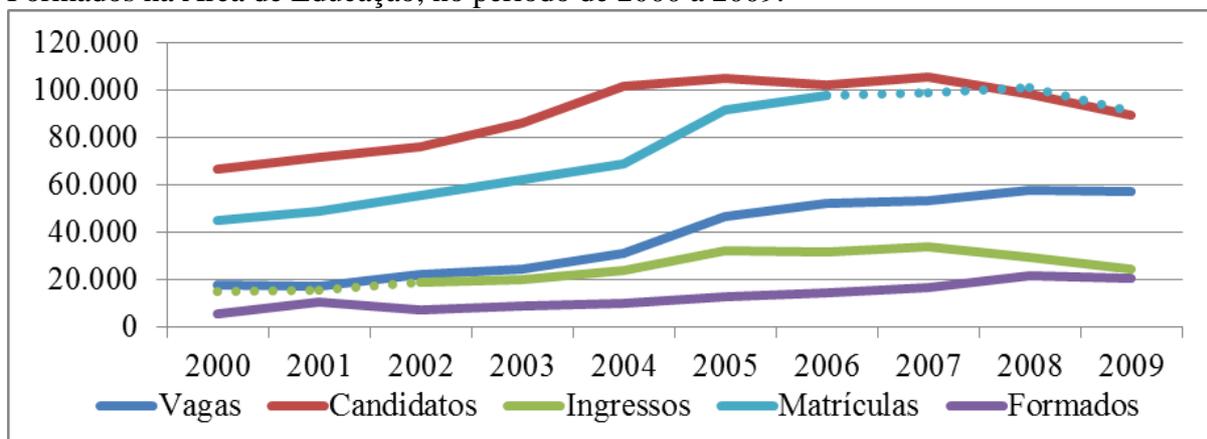
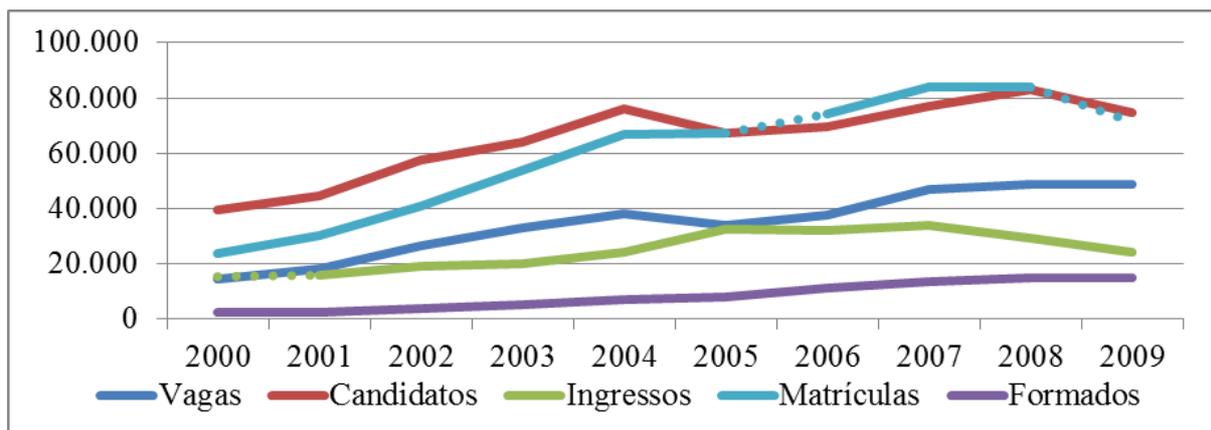


Gráfico 8 – Evolução do Número de Vagas, Candidatos, Ingressos, Matrículas e Formados na Área de Saúde, no período de 2000 a 2009.



No início da década, em ambas as Áreas, os números de vagas e de ingressantes se aproximam fato que volta a se repetir em 2005 na Área da Saúde. A partir de 2005 o número de matrículas ultrapassa o número de candidatos na Área da Saúde, de 2005 a 2008. Podemos ver também que em ambas as áreas o número de ingressantes declina a partir de 2007.

Além destes dados, buscamos comparar, os números de Matrículas e Formados, nos Curso de Educação Física, no contexto Público e Privado⁵, conforme podemos ver nos Gráficos 9 e 10 a seguir:

Gráfico 9 – Comparação do Número e Percentual de Matrículas nos Cursos de Educação Física, entre Público e Privado, no período de 2000 a 2009.

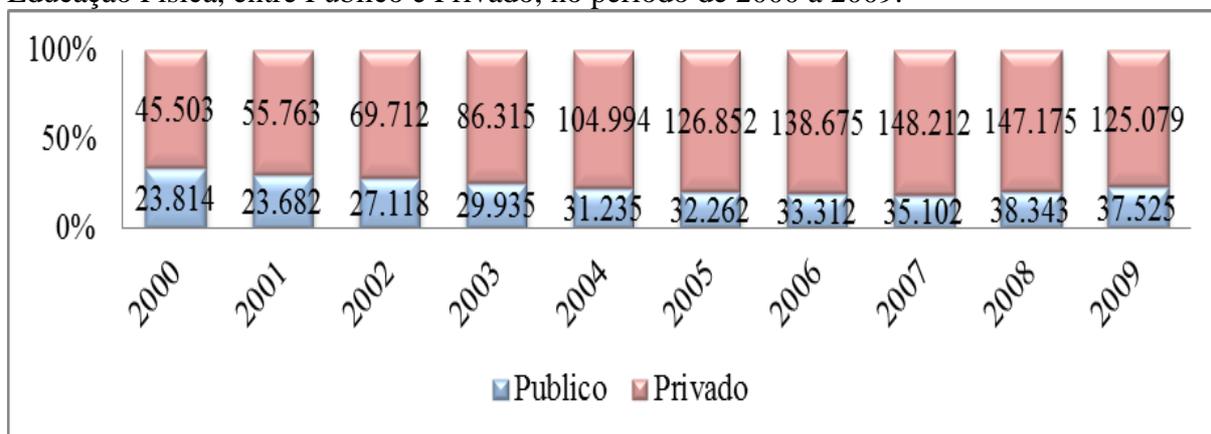
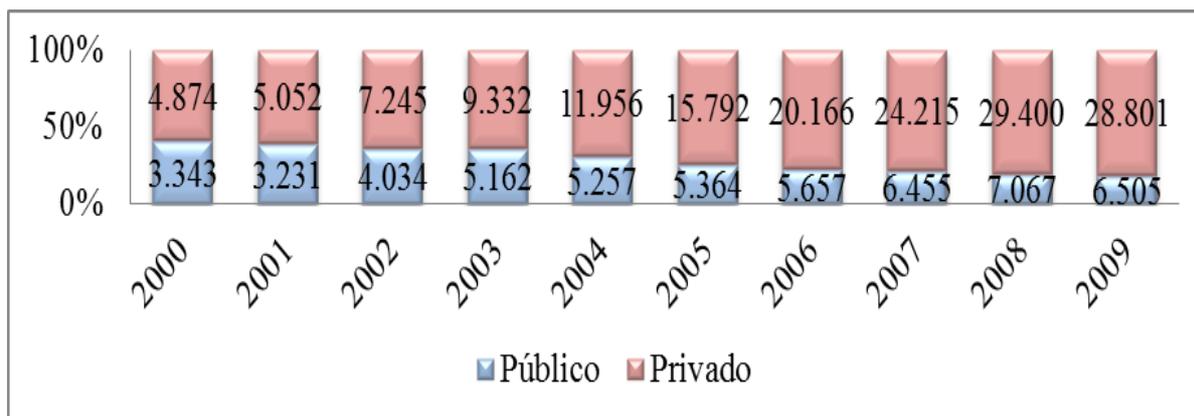


Gráfico 10 – Comparação do Número e Percentual de Formados nos Cursos de Educação Física, entre Público e Privado, no período de 2000 a 2009.

⁵ Para as categorias Vagas, Candidatos e Ingressos, a Sinopse não delimitou em Público e Privado.



Nos dois Gráficos anteriores, podemos ver claramente a ampliação da participação da esfera Privada no número de alunos matriculados e formados nos Cursos de Educação Física. Em relação às matrículas no âmbito Privado, no período de 2000 a 2008, temos o aumento em torno de 100.000 matrículas, declinando, em 2009, em torno de 20.000. No âmbito Público, entre 2000 e 2009, o número dobrou, dos declinando em torno de 500 matrículas, em 2009. Não foi possível verificar os motivos das quedas, tanto no setor Privado, quanto no Público, no ano de 2009.

Em relação ao número de Formados, no âmbito Privado, o número aumento quase 7 vezes no período, havendo declínio de em torno de 600 em 2009. No âmbito Público, o número dobrou no período, constatando também, um declínio de aproximadamente 600 formados, em 2009. O setor privado se consolida, se responsabilizando por aproximadamente 70% das Matrículas e 80% dos Formados.

Seguindo a exposição entre Público e Privado, temos a configuração de Matrículas e Formados nas áreas de Educação e Saúde conforme os Gráficos 11 e 12, 13 e 14, respectivamente, que seguem abaixo:

Gráfico 11 – Comparação do Número e Percentual de Matrículas na Área de Educação, entre Público e Privado, no período de 2000 a 2009.

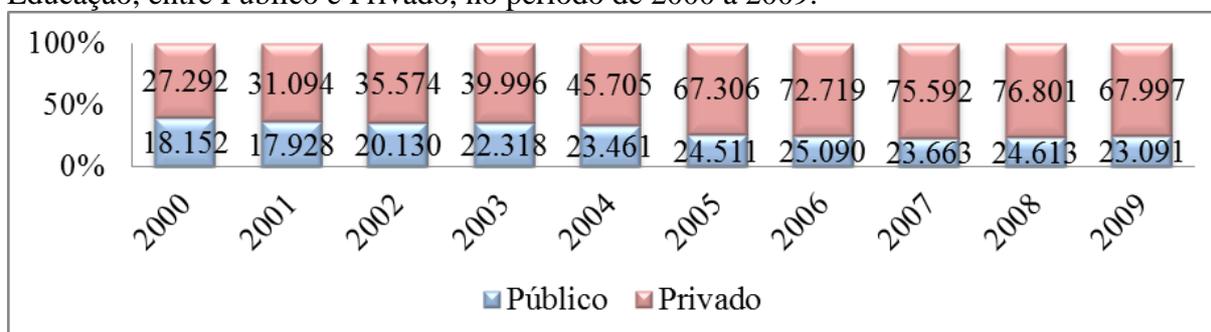


Gráfico 12 – Comparação do Número e Percentual de Formados na Área de Educação,

entre Público e Privado, no período de 2000 a 2009.

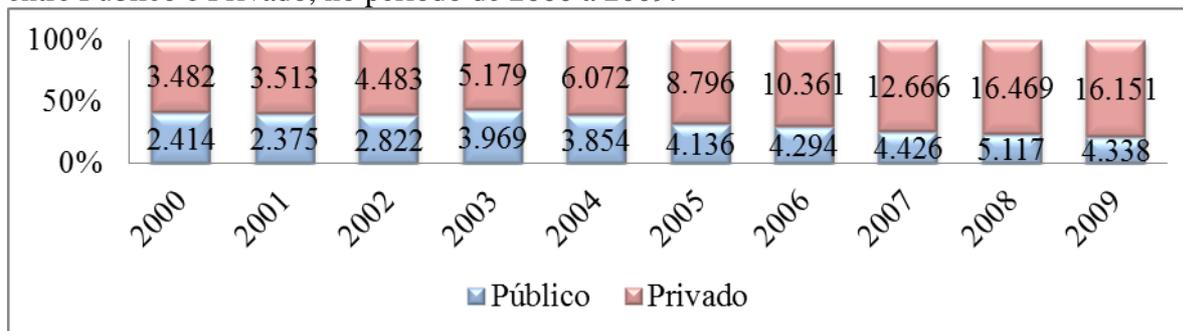


Gráfico 13 – Comparação do Número e Percentual de Matrículas na Área de Saúde, entre Público e Privado, no período de 2000 a 2009.

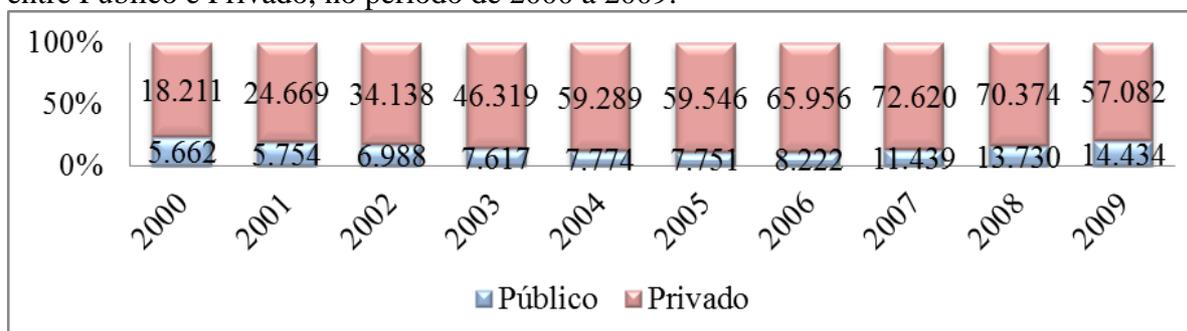
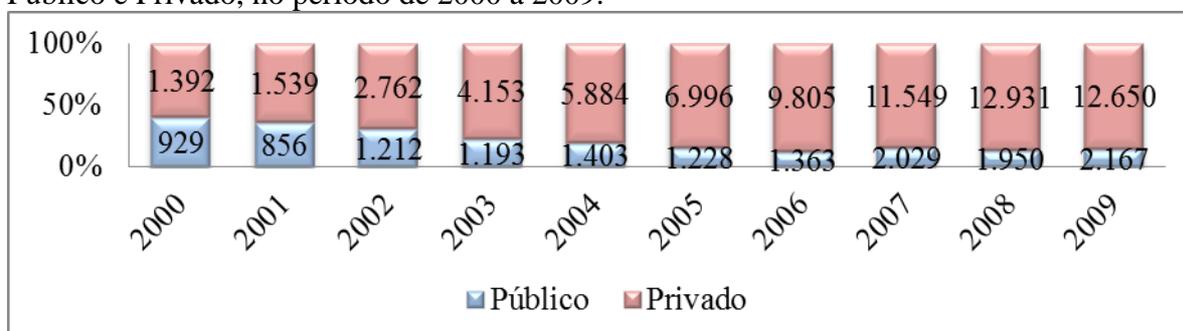


Gráfico 14 – Comparação do Número e Percentual de Formados Área de Saúde, entre Público e Privado, no período de 2000 a 2009.



.Em relação às matrículas, foi na Área da Educação, que a esfera Pública teve maior perda, entre 2000 e 2005, se estabilizando nos anos seguinte. Na Área da Saúde, houve a maior expansão da esfera Privada, até 2005, onde em seguida, de 2006 a 2009, a esfera Pública cresce novamente. Já em relação ao número de Formados, há uma grande expansão da esfera Privada, com maior incidência na Área da Saúde.

Embora nos dois cursos, a esfera Privada tenha se expandido, em maior parte na Área da Saúde, o número de formados e de matrículas ainda se encontra em maior quantidade na Área da Educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscando compreender os efeitos deste cenário na relação entre o ensino superior e a Educação Física, analisamos os dados dos censos do ensino superior do INEP, na configuração dos cursos durante o período de 2000 a 2009. A compreensão inicial, ao final da análise de dados, aponta para o seguinte panorama;

- O número de cursos, vagas, candidatos, ingressos, matrículas na Educação Física vem se expandindo de forma marcante, que embora o crescimento seja visível em ambas as Áreas de Educação e Saúde, há a efetivação da participação da esfera privada neste processo e o consequente refluxo do sistema público;
- Em relação aos comparativos dos cursos, vagas, candidatos, ingressos, nas Áreas de Educação e da Saúde, embora haja o predomínio da formação na Educação, de 2005 a 2009, vimos a equiparação do número de cursos para os dois formatos. Em contrapartida, isso não ocorre com o número de matrículas e formados, mantendo o predomínio da Área da Educação. Outro ponto interessante é a queda de candidatos na Área da Saúde em 2005, sendo ultrapassado pelo número de candidatos na Área da Educação;
- Em relação aos cursos, vagas, candidatos e ingressos na Área de Educação, há um crescimento com tendência à estabilização no período de 2005 a 2009. Outro fator interessante é que no início da década havia uma equiparação, nos cursos, entre o público e o privado, mas que ao percorrer do período, vimos uma crescente expansão do meio privado e refluxo do meio público, coadunando com o que o ocorre na área em geral. Em relação às Matrículas e Formados na área da Educação, temos o predomínio na esfera Privada.
- Em relação aos cursos, vagas, candidatos e ingressos da Área de Saúde, o crescimento tem sido mais acentuado que os cursos de Educação, principalmente a partir do ano de 2005. A participação privada predomina em praticamente 75% da oferta durante a década, embora nos últimos 3 anos haja a duplicação dos cursos públicos

A partir do exposto, podemos inferir, inicialmente, que o cenário da formação em Educação Física tem sofrido um crescente processo de privatização da formação, fragmentação do conhecimento e rupturas na centralidade do seu trabalho. De outro lado, temos a ampliação da formação para o setor de serviços.

Por fim, a análise feita no limite deste trabalho nos permitiu uma aproximação inicial ao processo de compreensão da realidade da formação e das políticas de Educação Superior para a Educação Física. Para melhor compreensão do problema, devemos ampliar os estudos

para além das políticas. Reforçamos mais uma vez o caráter introdutório deste estudo no auxílio àqueles que se dedicam ao estudo da formação em Educação Física e que defendem a formação ampliada e a docência enquanto base para a intervenção profissional.

POLICIES OF HIGHER EDUCATION AND PHYSICAL EDUCATION: EFFECTS ON THE FORMATION

ABSTRACT

This article aims to discuss the impact of current policies on higher education training in physical education. To do so, first, we attempted to contextualize the present moment of the reform process in higher education. Then we tried to identify to what extent these policies has influenced the field of training in physical education, with regard to its constitution and specialty courses. Finally, supported by analysis of census data and synopses of higher education, prepared by INEP in the period from 2000 to 2009, we present the possible effects of current policies for higher education in Physical Education with regard to the constitution of their courses.

KEYWORDS: *Policies for Higher Education; Physical Education; Training.*

POLÍTICAS DE EDUCACIÓN SUPERIOR Y LA EDUCACIÓN FÍSICA: EFECTOS SOBRE LA FORMACIÓN

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar el impacto de las políticas actuales en materia de educación superior en educación física. Para ello, en primer lugar, tratamos de contextualizar el momento actual del proceso de reforma en la educación superior. Entonces tratamos de identificar en qué medida estas políticas ha influido en el ámbito de la formación en educación física, en cuanto a su constitución y cursos de especialidad. Por último, apoyada por el análisis de los datos censales y sinopsis de la educación superior, preparado por INEP en el período comprendido entre 2000 y 2009, se presentan los posibles efectos de las políticas actuales de la educación superior en Educación Física con respecto a la constitución de sus cursos.

PALABRAS CLAVE: *Políticas para la educación superior; educación física; formación.*

REFERÊNCIAS

AMARAL, N. C. *Financiamento da Educação Superior: Estado x Mercado*. São. Paulo e Piracicaba: Cortez e Unimep, 2003.

BRESSER PEREIRA, L.C. Gestão do setor público: estratégia e estrutura para um povo *In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos e SPINK, Peter (Org.) Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial*. 5ªed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas. 2003.

DAVID, N. A formação profissional docente em educação física: dicotomias e rupturas no campo da formação e da prática. In: CONGRESSO GOIANO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 6, 2009. Goiânia, *Anais...*. Disponível em: <http://www.rbceonline.org.br/congressos/index.php/congoce/VICONGOCE/paper/view/1847/395> Acesso em 01. Mar 2011

BRASIL, Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de dezembro de 1996. Brasília: Câmara dos Deputados, 1996.

_____. *Sinopses estatísticas da educação superior: graduação*. Brasília; INEP, 2010a. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/>. Acesso em: 26 fev. 2011.

_____. *Resumo Técnico do Censo da Educação Superior 2010*. Brasília: INEP, 2010b. Disponível em http://download.inep.gov.br/educacao_superior/centso_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2010.pdf Acesso em: 05/04/2013.

BEHRING, E. R; BOSCHETTI, I. *Política Social: fundamentos e história*. 5ª ed., v. 2, São Paulo: Cortez, 2008.

SGUISSARDI, Valdemar. Reforma Universitária no Brasil – 1995-2006: precária trajetória e incerto futuro. *Educação & Sociedade*, Campinas/SP, v. 27, n. 96, p. 1.021-1.056, out. 2006 Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v27n96/a18v2796.pdf> Acesso em 01. Mar. 2011.

SILVA JUNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. *Novas faces da educação superior no Brasil*. 2ª ed. revisada. São Paulo: Cortez, 2001.

TOJAL, J. B. *Currículo de graduação em educação física – a busca de um modelo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.